

***O continente não está condenado a ser um território esquecido, deixado em plano secundário pelas estratégias de integração global. Este momento de abismo e desesperanças também pode ser um momento de auto-afirmação***

**O meu nome é África  
Por Mia Couto**

*Valor Econômico, Sexta-feira, 14 de novembro de 2003 - Ano 4 - Nº 888 - Eu&*

Durante anos, dei aulas em diferentes faculdades da Universidade Eduardo Mondlane. Meus colegas professores queixavam-se da progressiva falta de preparo dos estudantes. Eu notava algo que, para mim, era ainda mais grave: um cada vez maior distanciamento desses jovens em relação ao seu próprio país. Quando saíam de Maputo em trabalhos de campo, comportavam-se como se estivessem emigrando para um universo estranho e adverso. Não sabiam as línguas, desconheciam os códigos culturais, sentiam-se deslocados e com saudades de Maputo. Alguns sofriam dos mesmos fantasmas dos exploradores coloniais: as feras, as cobras, os monstros invisíveis.

Aquelas zonas rurais eram, afinal, o espaço onde viveram seus avós, e todos os seus antepassados. Mas eles não se reconheciam como herdeiros desse patrimônio. O país deles era outro. Pior ainda: não gostavam desta outra nação. E ainda mais grave: sentiam vergonha de a ela estarem ligados. A verdade é simples: esses jovens estão mais à vontade dentro de um vídeoclip de Michael Jackson do que no quintal de um camponês moçambicano.

O que se passa, e isso parece inevitável, é que estamos criando cidadanias diversas dentro de Moçambique. E existem várias categorias: há os urbanos, moradores da cidade alta, esses que foram mais vezes a Nelspruit [capital de Mpumalanga, província da África do Sul] do que aos arredores da sua própria cidade. Depois, há uns que moram na periferia, os da chamada cidade baixa. E há ainda os rurais, os que são uma espécie de imagem desfocada do retrato nacional. Essa gente parece condenada a não ter rosto e a falar sempre pela voz de outros.

A criação de cidadanias diferentes (ou, o que é mais grave, de diferentes graus de uma mesma cidadania) pode ou não ser problemática. Tudo isso depende da capacidade de manter em diálogo esses diferentes segmentos da nossa sociedade. A pergunta é: Será que esses diferentes Moçambiques falam uns com os outros?

Nossa riqueza provém da nossa disponibilidade em efetuarmos trocas culturais com os outros. Num texto muito recente, o presidente Chissano perguntava o que Moçambique tem de especial que atrai a paixão de tantos visitantes. Esse não sei quê especial existe, de fato. Essa magia está ainda viva. Mas ninguém pensa, razoavelmente, que esse poder de sedução resulta de sermos naturalmente melhores que os outros. Essa magia nasce, sim, da habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens. Essa magia nasce da capacidade de sermos nós, sendo outros.

Quero falar aqui de um diálogo muito particular, de que poucas vezes se faz alusão. Refiro-me à nossa conversa com nossos próprios fantasmas. O tempo trabalhou nossa alma coletiva por via de três materiais: o passado, o presente e o futuro. Nenhum desses materiais parece estar feito para uso imediato. O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios.

Não digo nada de novo: nosso país não é pobre, mas foi empobrecido. Minha tese é que o empobrecimento de Moçambique não começa nas razões económicas. O maior empobrecimento provém da falta de idéias, da erosão da criatividade e da ausência interna de debate. Mais do que pobres, tornamo-nos inférteis.

Vou questionar essas três dimensões do tempo, apenas para sacudir alguma poeira. Começemos pelo passado. Para constatar que esse passado, afinal, ainda não passou.

### **O que fomos: um retrato feito por empréstimo**

O colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores. O atual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígena em nossos territórios. Não só se naturalizou, como passou a ser cogerido numa parceria entre ex-colonizadores e ex-colonizados.

Uma grande parte da visão que temos do passado do nosso país e do nosso continente é ditada pelos mesmos pressupostos que ergueram a história colonial. Ou melhor, a história colonizada. O que se fez foi colocar um sinal positivo onde o sinal era negativo. Persiste a idéia de que a África pré-colonial era um universo intemporal, sem conflitos, nem disputas, um paraíso feito só de harmonias.

Essa imagem romântica do passado alimenta a idéia redutora e simplista de uma condição presente em que tudo seria bom e decorreria às mil maravilhas se não fosse a interferência exterior. Os únicos culpados dos nossos problemas devem ser procurados fora. E nunca dentro. Os poucos de dentro que são maus é porque são agentes dos de fora.

Esta visão já estava presente no discurso da luta armada, quando se retratava os inimigos como "infiltrados". Isto acontecia, apesar do aviso do poeta que dizia que "não basta que seja pura e justa a nossa causa; é preciso que a justiça e a pureza existam dentro de nós". Nossas fileiras, nesse tempo, eram vistas como sendo compostas apenas de gente "pura". Se havia mancha, ela vinha de fora, que era o lugar onde morava o inimigo.

O modo maniqueísta e simplificador com que se redigiu o chamado "tempo que passou" teve, porém, outra consequência: fez persistir a idéia de que a responsabilidade única e exclusiva da criação da escravatura e do

colonialismo cabe aos europeus.

Na realidade, quando os navegadores europeus começaram a encher de escravos os seus navios, eles não estavam estreando o comércio de criaturas humanas. A escravatura já tinha sido inventada em todos os continentes. Praticavam a escravatura os americanos, os europeus, os asiáticos e os próprios africanos. A escravatura foi uma invenção da espécie humana. O que sucedeu foi que o tráfico de escravos se converteu num sistema global e esse sistema passou a ser desenvolvido de forma a enriquecer o seu centro: a Europa e a América.

Vou contar um episódio curioso, que envolve uma senhora africana chamada Honória Bailor Caulker num momento em que ela visitava os Estados Unidos da América.

Dona Honória é presidente da câmara da vila costeira de Shenge, na Serra Leoa. A vila é pequena, mas carregada de história. Dali partiam escravos, aos milhares, que atravessavam o Atlântico e trabalhavam nas plantações americanas de cana-de-açúcar.

Dona Honória foi convidada para discursar nos Estados Unidos da América. Perante uma distinta assembléia, a senhora subiu ao pódio e fez questão de exhibir seus dotes vocais. Cantou o hino religioso "Amazing Grace". No final, disse: "Quem compôs este hino foi um filho de escravos, descendente de uma família que saiu da minha pequena vila de Shenge." Foi como que um golpe mágico, e o auditório se repartiu entre lágrimas e aplausos. De pé, talvez movidos por uma mistura de sentimento solidário e certa má-consciência, ergueram-se para aclamar Honória.

"Aplaudem-me como descendente de escravos?", perguntou ela aos que a escutavam.

A resposta foi um eloqüente "sim". Aquela mulher negra representava, afinal, o sofrimento de milhões de escravos, a quem a América devia tanto.

"Pois eu", disse Honória, "não sou uma descendente de escravos. Sou, sim, descendente de vendedores de escravos. Meus bisavôs enriqueceram vendendo escravos."

Honória teve a coragem de assumir-se com a verdade, com a antítese do lugar-comum. Mas seu caso é tão raro que arrisca ficar perdido e apagado.

O colonialismo foi outro desastre cuja dimensão humana não pode ser aligeirada. Mas, tal como a escravatura, também na dominação colonial houve mão de dentro. Diversas elites africanas foram coniventes e beneficiárias desse fenômeno histórico.

Por que estou a falar disto? Por que creio que a história oficial do nosso continente foi submetida a várias falsificações. A primeira e mais grosseira destinou-se a justificar a exploração que fez enriquecer a Europa. Mas outras falsificações se seguiram e parte delas destinaram-se a ocultar responsabilidades internas, a lavar a má consciência de grupos sociais africanos que participaram desde sempre na opressão dos povos e nações da África. Esta leitura deturpada do passado não é apenas um desvio teórico. Acaba por fomentar uma atitude de eterna vítima, sugere falsos inimigos e alianças sem princípios.

É importante fazermos nova luz sobre o passado, porque o que se passa hoje em nossos países não é mais do que a atualização de convênias antigas entre a mão de dentro e a mão de fora. Estamos revivendo um passado que nos chega tão distorcido que não somos capazes de o reconhecer. Não estamos muito longe dos estudantes universitários que, ao saírem de Maputo, já não se reconhecem como sucessores dos mais velhos.

### **O que somos: um espelho à procura de sua imagem**

Se o passado nos chega deformado, o presente desagua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam "nossa identidade". Grande parte das vezes, essa identidade é uma casa mobiliada por nós, mas a mobília e a própria casa foram construídas por outros. Outros acreditam que a afirmação da sua identidade nasce da negação da identidade dos outros. O certo é que a afirmação do que somos está baseada em inúmeros equívocos.

Temos de afirmar o que é nosso, dizem uns. E têm razão. Num momento em que o convite é sermos todos americanos, esse apelo tem toda a razão de ser.

Mas a pergunta é: O que é verdadeiramente nosso? Há aqui alguns mal-entendidos. Por exemplo, uns acreditam que a capulana é um vestuário originário, tipicamente moçambicano. Fiz por diversas vezes esta pergunta a estudantes universitários: Que frutos são os nossos, por oposição ao morango, ao pêssego, à maçã? As respostas, uma outra vez, são curiosas. As pessoas acreditam que são originariamente africanos o caju, a manga, a goiaba, a papaia. E por aí fora. Ora, nenhum desses frutos é nosso, no sentido de ser natural do continente. Outras vezes, sugere-se que nossa afirmação se faça na base da nossa culinária. O emblema do tipicamente nacional passa agora para o coco, a mandioca, a batata doce, o amendoim - produtos que foram introduzidos em Moçambique e na África.

Mas aqui se coloca a questão: essas coisas acabam sendo nossas por que, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricamos à nossa maneira. A capulana pode ter origem exterior, mas é moçambicana pelo modo como a amarramos. E pelo modo como esse pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso, porque o fomos caldeando à nossa maneira.

Os conceitos devem ser ferramentas vitais na procura desse nosso retrato. Contudo, muito do quadro conceitual com que olhamos Moçambique assenta em chavões que, à força de serem repetidos, acabaram não produzindo sentido. Dou exemplos. Falamos muito de poder tradicional, sociedade civil, comunidades rurais, agricultura de subsistência. Perdoem-me a incursão abusiva nestes domínios. Mas tenho sinceras dúvidas sobre o rigor e a operacionalidade desses conceitos. Tenho dúvidas sobre o modo como essas categorias cabem em nossa mão e produzem mudanças reais.

### **Uma língua chamada "desenvolvimentês"**

E é isso que me preocupa: mais do que incentivar um pensamento inovador e criativo, estamos a trabalhar no que é superficial. Técnicos e especialistas moçambicanos estão reproduzindo a linguagem dos outros, preocupados com poder agradar e fazer boa figura nos "workshops". Trata-se de um logro, um jogo de aparências. Alguns de nós parecemos bem preparados, por que sabemos falar essa língua, o desenvolvimentês. Postos perante a procura de soluções profundas para as questões nacionais, estamos tão perdidos como qualquer outro cidadão comum. Palavras-chave como boa governação, "accountability", parcerias, desenvolvimento sustentável, capacitação institucional, auditoria e monitoramento, equidade, advocacia, todas estas palavras da moda acrescentam uma grande mais-valia (eis outra palavra da moda) às chamadas "comunicações" (deve-se, de preferência, dizer "papers"). Mas deve-se evitar traduções feitas à letra, se não acontece-nos como o palestrante - já ouvi chamarem de painelista, o que, além de ser designação pouco simpática, é palavra perigosa - pois esse palestrante, para evitar dizer que ia fazer uma apresentação em "power-point", acabou dizendo que ia fazer uma apresentação em "ponta-poderosa". O que pode sugerir maliciosas interpretações.

O problema do desenvolvimentês é que só convida a pensar o que já está pensado por outros. Somos consumidores e não produtores de pensamento. Mas não foi apenas uma língua que inventamos: criou-se um exército de especialistas, alguns com nomes curiosos: já vi especialistas em resolução de conflitos, facilitadores de conferências, workshopistas, experts em advocacia, engenheiros políticos. Estamos empenhando o nosso melhor manancial humano em algo cuja utilidade deve ser interrogada.

A grande tentação de hoje é reduzirmos os assuntos à sua dimensão lingüística. Falamos, e tendo falado, pensamos ter agido. Muitas vezes, a mesma palavra já dançou com variadíssimos parceiros. Tantos, que já não há festa sem que certas expressões abram o baile. Uma dessas palavras é "pobreza". A pobreza já dançou com um par que se chamava "a década contra o subdesenvolvimento". Outro dançarino tinha por nome "luta absoluta contra a pobreza". Agora, dança com alguém que se intitula "luta contra a pobreza absoluta". Outro caso é o do povo. O povo especializou-se sobretudo em danças de máscaras. E já se mascarou de "massas populares". Já foi "massas trabalhadoras". Depois, foi "população". Agora, dança com o rosto de "comunidades locais".

A verdade é que ainda mantemos um grande desconhecimento das dinâmicas profundas, dos mecanismos vivos e funcionais que esse tal povo inventa para sobreviver. Sabemos pouco sobre assuntos de urgente e primordial importância. Listo apenas alguns que agora me ocorrem :

- 1 - a vitalidade do comércio informal (mais do que comercial, é toda uma economia informal);
- 2 - os mecanismos de troca entre a família rural e sua sucursal urbana (e vice-versa) ;
- 3 - o papel das mulheres nessa rede de trocas invisíveis, o trânsito transfronteiriço de mercadorias (o chamado "mukero").

Como podemos ver, não são apenas os jovens estudantes que olham para o universo rural como se fosse um abismo. Também para nós há um Moçambique que permanece invisível.

Mais grave que estas omissões é a imagem que se foi criando para substituir a realidade. Tornou-se comum a idéia de que o desenvolvimento é o resultado acumulado de conferências, workshops e projetos. Não conheço país nenhum que se tivesse desenvolvido à custa de projetos. Mas quem lê os jornais verifica como está enraizada esta crença. Isto apenas ilustra a atitude apelativa, que prevalece entre nós, de que os outros (na nossa linguagem moderna, os "stakeholders") é que têm a obrigação histórica de nos retirar da miséria.

É aqui que a questão se coloca: Qual a cultura da nossa economia? Qual é a economia da nossa cultura? Ou, dito de modo mais rigoroso: Como é que as nossas culturas dialogam com as nossas economias?

### **O sermos mundo: a procura de uma família**

Numa conferência de que participei na Europa, alguém me perguntou: "O que é, para você, ser africano?"

E eu lhe perguntei, de volta: "E para você, o que é ser europeu?"

Ele não sabia responder. Também ninguém sabe exatamente o que é africanidade. Neste domínio há muita bugiganga, muito folclore. Há alguns que dizem que o "tipicamente africano" é aquele ou aquilo que tem um peso espiritual maior. Ouvi alguém dizer que nós, africanos, somos diferentes dos outros por que damos muito valor à nossa cultura. Um africanista, numa conferência em Praga, disse que o que media a africanidade era um conceito chamado "ubuntu". E que esse conceito diz que "sou os outros".

Ora, todos estes pressupostos me parecem vagos e difusos, tudo isto surge por que se toma como substância aquilo que é histórico. As definições apressadas da africanidade assentam numa base exótica, como se os africanos fossem particularmente diferentes dos outros, ou como se as suas diferenças fossem o resultado de um

dado de essência.

A África não pode ser reduzida a uma entidade simples, fácil de entender. Nosso continente é feito de profunda diversidade e de complexas mestiçagens. Longas e irreversíveis misturas de culturas moldaram um mosaico de diferenças que são um dos mais valiosos patrimônios do nosso continente. Quando mencionamos essas mestiçagens, falamos com algum receio, como se o produto híbrido fosse qualquer coisa menos pura. Mas não existe pureza quando se fala da espécie humana. Dizem que não há economia atual que não se alicerce em trocas. Pois não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma.

### **O que queremos e podemos ser**

Vou falar de um episódio real, decorrido aqui perto, na África do Sul, em 1856. Um célebre sangoma [feiticeiro], de nome Mhalakaza, reclamou que espíritos dos antepassados lhe tinham transmitido uma profecia. E que uma grande ressurreição haveria de acontecer e que os britânicos seriam expulsos. Para isso, o povo Xhosa deveria destruir todo o seu gado e todas as suas machambas [pequenas lavouras familiares]. Esse seria o sinal de fé para que, das profundezas do chão, brotasse riqueza e abundância para todos. Mhalakaza convenceu os soberanos do reino da veracidade desta visão. O chefe Sarili, da casa real do Tshawe, proclamou a profecia como doutrina oficial. Para além da visão do adivinho, Sarili tinha uma estranha convicção: era de que os russos seriam os antepassados dos Xhosas e seriam eles, os russos, que brotariam do chão, de acordo com a prometida ressurreição. Esta idéia surgia por que os monarcas Xhosa tinham ouvido falar da guerra da Criméia e do fato de os russos estarem a bater-se contra os ingleses. Espalhou-se rapidamente a idéia de que os russos, depois de vencerem os britânicos na Europa, viriam expulsá-los da África do Sul. E o que é ainda mais curioso: estava assente que os russos seriam pretos, no pressuposto de que todos os que se opunham ao domínio britânico seriam de raça negra.

Não me demoro no episódio histórico. A realidade é que, depois de desaparecerem o gado e a agricultura, a fome dizimou mais de dois terços do povo Xhosa. Estava consumada uma das maiores tragédias da toda a história da África. Este drama foi aproveitado pela ideologia colonial como prova da dimensão da crendice entre os africanos. Mas a realidade é que esta história é bem mais complexa que uma simples crença. Por detrás deste cenário, ocultavam-se graves disputas políticas. Dentro da monarquia Xhosa criou-se uma forte dissidência contra este suicídio coletivo. Mas este grupo foi rapidamente intitulado de "infiéis" e uma força de milícias denominada de "os crentes" foi criada para reprimir os que estavam em desacordo.

É evidente que esta história, infelizmente real, não pode ser repetida hoje com este mesmo formato. Mas é provável que se encontrem paralelos com ocorrências atuais na nossa região austral, na África, no mundo. Aprendizes de feiticeiros seguem construindo profecias messiânicas e arrastam, de forma triste, povos inteiros para o sofrimento e o desespero.

Aflige-me a facilidade com que vamos a reboque de idéias e conceitos que desconhecemos. Em lugar de as interrogarmos cientificamente e de ajuizarmos sua adequação cultural, transformâmo-nos em funcionários de serviço, caixas de ressonância de batuques produzidos nas instâncias dos poderes políticos. Na nossa história já se acumularam lemas e bandeiras. Já tivemos: a década contra o subdesenvolvimento; o Plano Prospectivo Indicativo (o famoso PPI); o PRE (com seu "ajustamento estrutural"); parceria inteligente, e outras.

Estas bandeiras tiveram suas vantagens e desvantagens. Mas raramente foram sujeitas ao necessário questionamento por parte dos nossos economistas, dos nossos intelectuais. Novas bandeiras e lemas estão sendo hasteadas nos mastros, sem que esse espírito crítico assegure sua viabilidade histórica.

Há, por vezes, um certo cinismo. Poucos são os que realmente acreditam naquilo que propalam. Mas estas novas teologias têm os seus missionários fervorosos. Assim que essas teses desabam, esses sacerdotes são os primeiros a despir as batinas. Foi o que sucedeu com o fim da nossa chamada Primeira República. Samora morreu e ninguém mais foi co-responsável pelo primeiro governo. Samora existiu sozinho, é essa a conclusão a que somos obrigados a chegar.

### **A cultura e a economia: o que fazer?**

O que podemos fazer é interrogar sem medo e dialogar com espírito crítico. Infelizmente, nosso ambiente de debate se revela pobre. Mais grave ainda, tornou-se perverso: em lugar de confrontar idéias, agridem-se pessoas. O que podemos fazer com os conceitos sócio-econômicos é reproduzir aquilo que fizemos com a capulana e com a mandioca. E já agora com a língua portuguesa. Tornamo-los nossos, porque os experimentamos e vivemos à nossa maneira.

Como um parêntesis, queria fazer aqui referência a algo que assume o estatuto de pouca-vergonha. Já vi pessoas credenciadas defender a tese da acumulação primitiva do capital, justificando o comportamento criminoso de alguns dos nossos novos-ricos. Isto já não é apenas ignorância: é má-fé, ausência completa de escrúpulos morais e intelectuais.

Estamos hoje a construir nossa própria modernidade. E quero congratular esta ocasião em que um homem das letras (que se confessa ignorante em matérias de economia) tenha a possibilidade de partilhar algumas reflexões. A economia necessita de falar, de namorar com as outras esferas da vida nacional. O discurso econômico não

pode ser a religião dessa nossa modernidade, nem a economia pode ser um altar ante o qual nos ajoelhamos. Não podemos entregar a especialistas o direito de conduzir as nossas vidas pessoais e os nossos destinos nacionais.

O que mais nos falta em Moçambique não é formação técnica, não é a acumulação de saber acadêmico. O que mais falta em Moçambique é capacidade de gerar um pensamento original, um pensamento soberano, que não ande a reboque daquilo que outros já pensaram. Falta libertarmo-nos daquilo que uns já chamaram a ditadura do desenvolvimento. Queremos ter uma força patriótica que nos avise dos perigos de uma nova evangelização e de uma entrega cega a essa nova mensagem messiânica: o desenvolvimento - que no quadro do desenvolvimento se deve chamar sempre de desenvolvimento sustentável.

O economista não é apenas aquele que sabe de economia. É aquele que pode sair do pensamento económico, aquele que se liberta da sua formação para a ela melhor regressar. Esta possibilidade de emigração da sua própria condição é fundamental para que tenhamos economistas nossos que se distanciem da economia o suficiente para a poder interrogar.

A situação do nosso país e do nosso continente é tão séria que já não podemos continuar fazendo de conta que fazemos. Temos que fazer. Temos que criar, construir alternativas e desenhar caminhos verdadeiros e credíveis.

Precisamos exercer os direitos humanos como o direito à tolerância (eis outra palavra do vocabulário workshopista), mas temos que manter acesso a um direito fundamental, que é o direito à indignação. Quando nos deixarmos de nos indignar, então estaremos a aceitar que os poderes políticos nos tratem como seres que não pensam. Falo do direito à indignação perante o mega-cabritismo, perante crimes como os que mataram Siba-Siba e Carlos Cardoso. Perante a ideia de que a desorganização, o roubo e o caos são parte integrante da nossa natureza "tropical".

Nosso continente corre o risco de ser um território esquecido, secundarizado pelas estratégias de integração global. Quando digo "esquecido", pensarão que me refiro à atitude das grandes potências. Mas refiro-me às nossas próprias elites, que viraram as costas às responsabilidades para os seus povos, à forma como o seu comportamento predador ajuda a denegrir nossa imagem e fere a dignidade de todos os africanos. O discurso de grande parte dos políticos é feito de lugares-comuns, incapazes de entender a complexidade da condição dos nossos países e dos nossos povos.

A demagogia fácil continua a substituir a procura de soluções. A facilidade com que ditadores se apropriam dos destinos de nações inteiras é algo que nos deve assustar. A facilidade com que se continua a explicar erros do presente através da culpabilização do passado deve ser uma preocupação nossa. É verdade que a corrupção e o abuso do poder não são, como pretendem alguns, exclusivas do nosso continente. Mas a margem de manobra que concedemos a tiranos é espantosa. É urgente reduzir os territórios de vaidade, arrogância e impunidade dos que enriquecem à custa do roubo. É urgente redefinir as premissas da construção de modelos de gestão que excluam aqueles que vivem na oralidade e na periferia da lógica e da racionalidade europeias.

Nós todos, escritores e economistas, estamos vivendo com perplexidade um momento muito particular da nossa história. Até aqui, Moçambique acreditou dispensar uma reflexão radical sobre seus próprios fundamentos. A nação moçambicana conquistou um sentido épico na luta contra monstros exteriores. O inferno era sempre fora, o inimigo estava para além das fronteiras. Era Ian Smith, o "apartheid", o imperialismo. Nosso país fazia, afinal, o que fazemos na nossa vida quotidiana: inventamos monstros para nos desassossegarmos. Mas os monstros também servem para nos tranquilizar. Dá-nos sossego saber que moram fora de nós. De repente, o mundo mudou e somos forçados a procurar nossos demônios dentro de casa. O inimigo, o pior dos inimigos, sempre esteve dentro de nós. Descobrimos essa verdade tão simples e ficamos a sós com nossos próprios fantasmas. E isso nunca nos aconteceu antes.

Este é um momento de abismo e desesperanças. Mas pode ser, ao mesmo tempo, um momento de crescimento. Confrontados com nossas mais fundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. Vamos ficando, cada vez mais, a sós com nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra história. Não podemos mendigar ao mundo uma outra imagem. Não podemos insistir numa atitude apelativa. Nossa única saída é continuar o difícil e longo caminho de conquistar um lugar digno para nós e para nossa pátria. E esse lugar só pode resultar da nossa própria criação.

O escritor, jornalista e biólogo Mia Couto (Antonio Emílio Leite Couto) nasceu na cidade da Beira, Moçambique, em 1955. Estreou com um livro de poemas, "Raiz de Orvalho", em 1983. "Terra Sonâmbula" foi seu primeiro romance (1992). No Brasil, é editado pela Companhia das Letras, que recentemente publicou seu romance "Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra".